MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DO TESOIRO
Direcção-Geral da Fazenda Pública

Decreto-Lei n.º 72/72
de 4 de Março

Considerando-se conveniente regularizar, através do mercado interno, operações de financiamento na ordem externa realizadas pela Companhia Mineira do Lobito, S. A. R. L., e avalizadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 46 372 e 47 386, de 9 de Junho de 1965 e 16 de Dezembro de 1966, respectivamente, torna-se necessário providenciar no sentido de ser concedido o aval do Estado a um financiamento a efectuar pela Caixa Geral de Depósitos àquela Companhia, para o referido fim.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para ocorrer a operações de substituição de financiamentos avalizados pelo Estado, segundo os Decretos-Leis n.ºs 46 372 e 47 386, de 9 de Junho de 1965 e 16 de Dezembro de 1966, respectivamente, é a Companhia Mineira do Lobito, S. A. R. L., autorizada a contrair um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos até ao montante de 600 000 contos.

Art. 2.º O empréstimo, que vencerá juros à taxa anual de 6,5 por cento, será amortizado no prazo de cinco anos, compreendendo um período de diferimento da amortização de dois anos (quatro prestações semestrais de juro, seguidas de seis de capital e juro) e o de utilização de oito meses (incluído no período de diferimento da amortização).

Art. 3.º — 1. O presente empréstimo goza do aval do Estado, que será prestado pelo director-geral da Fazenda Pública, mediante prévio despacho do Secretário de Estado do Tesouro, na própria escritura do empréstimo.

2. Se a Companhia Mineira do Lobito, S. A. R. L., não puder cumprir as obrigações decorrentes do contrato de empréstimo, terá de avisar, com a antecedência mínima de sessenta dias, a Direcção-Geral da Fazenda Pública, que promoverá as medidas financeiras adequadas ao cumprimento pelo Estado das obrigações emergentes do aval.

Art. 4.º Aplica-se a esta responsabilidade a legislação vigente sobre avales, relativa a garantias e privilégios do Estado.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIOS DO EXÉRCITO E DO ULTRAMAR

Decreto-Lei n.º 73/72
de 4 de Março

Considerando a conveniência de adaptar a legislação em vigor às circunstâncias actuais relativas a ajudas de

custo de embarque abonadas aos militares nomeados para o ultramar;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O § 2.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41 566, de 21 de Março de 1958, passa a ter a seguinte redacção:

§ 2.º Se as situações que derem origem ao abono de ajudas de custo de embarque não chegarem a efectivarem-se por determinação de autoridade competente, os militares que delas tiverem sido abonados poderão ser dispensados de repô-las, nos termos que forem estabelecidos pelo Ministro do Exército.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Horácio José de Sá Viana Rebelo* — *João Augusto Dias Rosas* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Justiça

Portaria n.º 126/72
de 4 de Março

Usando da faculdade conferida pelo n.º III da base LXXXIII da Lei Orgânica do Ultramar Português:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar:

É tornado extensivo às províncias ultramarinas o Regulamento de Uniformes da Força Aérea, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 229, de 30 de Setembro de 1966.

O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho

Nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Decreto n.º 523/71, de 24 de Novembro, o provimento nas funções de monitor dos postos de recepção oficiais do ciclo preparatório da Telescola fica assim regulamentado:

1 — As nomeações dos monitores são feitas por escolha do Ministro da Educação Nacional.

2 — A colocação e transferência dos monitores são feitas por despacho do Ministro da Educação Nacional, com dispensa de quaisquer formalidades.

3 — Podem ser providos no cargo de monitor os indivíduos diplomados para o exercício das funções de professor dos actuais graus de ensino oficial ou os que possuam qualquer das habilitações a seguir indicadas:

- a) Um curso médio ou superior;
- b) 3.º ciclo do ensino liceal ou habilitação equivalente;
- c) 7.º ano dos cursos professados nos seminários diocesanos ou religiosos.

4 — O provimento poderá ainda recair em funcionários aposentados ou reformados, que reúnam as condições referidas no número anterior, desde que, por outra forma, não possa ser assegurado o serviço.

5 — Os provimentos consideram-se sempre efectuados por conveniência urgente de serviço, aplicando-se, independentemente dos prazos de nomeação, o disposto no Decreto-Lei n.º 41 645, de 24 de Maio de 1958.

6 — A gratificação a que se refere a tabela anexa ao Decreto n.º 523/71, de 24 de Novembro, é devida durante dez meses e desde que se verifique o efectivo exercício das respectivas funções.

Ministério da Educação Nacional, 15 de Fevereiro de 1972. — O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil

Decreto-Lei n.º 74/72

de 4 de Março

Pela Portaria n.º 23 630, de 28 de Setembro de 1968, foi incumbida uma comissão, composta de peritos da Aeronáutica Civil, representantes das Juntas Gerais dos Distritos Autónomos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta e representantes dos transportadores nacionais interessados, de estudar e propor a rede de transportes aéreos para serviço dos Açores, definindo concretamente as ligações entre ilhas, as ligações com o continente e o arquipélago da Madeira e as ligações com o estrangeiro, nomeadamente com o Canadá e os Estados Unidos da América.

Ao apreciar e aprovar o relatório da comissão, teve o Ministério das Comunicações ocasião de confirmar a conveniência de promover uma conjugação íntima da rede explorada pela Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos, L.^{da} (S. A. T. A.), com a rede da concessionária nacional Transportes Aéreos Portugueses, S. A. R. L. (TAP), mediante a transformação ou substituição da S. A. T. A. em empresa associada da TAP, em termos a acordar pelas partes interessadas, e de tal forma que a exploração e coordenação do serviço, no seu conjunto, ficassem sujeitas a um comando único, sob a responsabilidade da concessionária nacional, dentro do objectivo seguinte: assegurar, nas relações internas no arquipélago e nas suas ligações com o continente e com o estrangeiro, o funcionamento regular e contínuo do serviço público de transportes aéreos de passageiros, carga e correio, dentro das melhores condições técnica e economicamente possíveis de eficiência do serviço, segurança do transporte e comodidade dos passageiros.

Dentro desta orientação se efectuaram os trabalhos respectivos e se estabeleceu o regime de concessão consistente das bases anexas a este diploma.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Ministro das Comunicações autorizado, nos termos das bases anexas a este decreto-lei e que dele fazem parte integrante, a contratar a concessão do serviço público de transporte aéreo de passageiros, carga e correio definido nas mesmas bases.

Art. 2.º A concessionária será uma empresa nacional, nos termos da lei aplicável, revestirá a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada e terá a sua sede em qualquer localidade do arquipélago dos Açores.

Art. 3.º — 1. O Governo nomeará um delegado, ao qual será aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 40 833, de 29 de Outubro de 1956, quanto aos delegados do Governo.

2. Qualquer accionista que possuir um número de acções representando, pelo menos, 30 por cento do capital social terá direito a nomear um administrador, que exercerá o mandato pelo mesmo período que os demais administradores e poderá ser reconduzido. No entanto, os administradores referidos neste número cessarão imediatamente as suas funções no caso de o accionista que os tiver nomeado deixar de possuir o número mínimo de acções que lhe deu tal direito.

Art. 4.º Os membros do conselho de administração elegerão entre si um presidente, com voto de qualidade, mas a nomeação só produzirá efeito depois de homologada pelo Governo.

Art. 5.º — 1. Os accionistas da sociedade concessionária que forem concessionários de serviço público de transportes aéreos não estarão sujeitos aos limites do § 3.º do artigo 183.º do Código Comercial.

2. O regime do número anterior será também aplicável à sociedade concessionária em relação às suas participações accionistas noutras empresas de transportes aéreos ou que explorem actividades acessórias do transporte aéreo.

Art. 6.º Competirá ao Governo, pelo Ministro das Comunicações:

- a) A integração de novas linhas na concessão;
- b) A aprovação dos planos de reequipamento da concessionária e do tipo e características das aeronaves a utilizar nos serviços por ela assegurados.

Art. 7.º Competirá exclusivamente à Direcção-Geral da Aeronáutica Civil:

- a) A aprovação do tipo e características do equipamento de voo não abrangido na alínea b) do artigo anterior e do equipamento terrestre destinado a servir-lhe de apoio ou a ser utilizado nas instalações aeroportuárias;
- b) A fiscalização do funcionamento do serviço concedido;
- c) A aprovação do regime de exploração dos serviços concedidos ou dos que funcionem mediante simples autorização.

Art. 8.º — 1. O transporte aéreo de pessoas, carga ou correio efectuado por entidade não legalmente autorizada a fazê-lo, ou sem subordinação aos limites da respectiva